



CORREGEDORIA NACIONAL

**TERMO DE CORREIÇÃO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

A **CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO** realizou, nos termos do art. 18, incisos I, II, VII e XIV, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013, **VISITA DE CORREIÇÃO** no órgão do Ministério Público abaixo especificado, tendo verificado o seguinte:

| PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA | |
|--|--|
| EM RELAÇÃO AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA | |
| NOME | |
| DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| O membro assumiu o órgão em ___/___/___; reside (ou não) na comarca de lotação (caso negativo, especificar o local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral); nos últimos 06 meses participou (ou não) de cursos de aperfeiçoamento (caso positivo especificar o curso); exerce (ou não) o magistério (Caso positivo, especificar a entidade, se é pública ou privada, a carga horária, o período e se exerce algum cargo administrativo); exerce (ou não) a advocacia; respondeu (ou não) e responde (ou não) a procedimento administrativo disciplinar (Caso positivo, se sofreu sanção disciplinar e qual); responde (ou não) cumulativamente por outro órgão; nos últimos 06 meses recebeu (ou não) colaboração; nos últimos 06 meses se afastou (ou não) das atividades (caso positivo, especificar período e motivo); cumpre expediente das _____ às _____. | |
| EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| Existe Subprocurador Geral de Justiça? (Identificar) | |
| Existe assessoria de membros no gabinete? (Identificar) | |
| Estrutura de pessoal do gabinete: | |
| Estrutura física (Própria ou alugada): | |
| Estrutura de tecnologia da informação: | |
| Sistema de Arquivo | |
| Existe assessoria militar? (Descrever a estrutura de funcionamento). | |
| Observações: | |
| EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS | |
| Sistema de controle dos atos normativos internos: | |



CORREGEDORIA NACIONAL

| | |
|--|--|
| Sistema de controle de procedimentos administrativos: | |
| Pendências relativas aos procedimentos administrativos: | |
| Sistema de controle de processos judiciais de competência do Procurador Geral de Justiça: | |
| Pendências relativas aos processos judiciais de competência do Procurador Geral de Justiça: | |
| Sistema de controle das representações ou peças informativas recebidas: | |
| Representações ou peças informativas pendentes de análise: | |
| Sistema de controle de procedimentos administrativos disciplinares: | |
| Procedimentos administrativos disciplinares pendentes de análise: | |
| Existe regimento interno da Procuradoria Geral de Justiça? | |
| Sistema de controle de encaminhamento de projetos de lei de interesse do Ministério Público: | |
| Sistema de controle dos convênios firmados: | |
| Se é realizada a publicação do quadro geral de antiguidade dos membros do Ministério Público: | |
| Existe ato normativo que regulamenta a residência fora da comarca? Caso positivo, qual? | |
| Existe controle dos procedimentos de autorização de residência fora da comarca? | |
| Questões do Conselho Nacional do Ministério Público: | |
| a) Existência de ato normativo que regulamenta as atribuições dos cargos comissionados (Res. nº 06/CNMP): | |
| b) Relatórios de controle da atuação administrativa e financeira: | |
| c) Existência de ato normativo que fez a adequação dos procedimentos de investigação criminal, nos termos da Res. nº 13/CNMP e posteriores alterações (Res. CNMP nº 111/2014): | |
| d) Existência de ato normativo que fez a adequação dos procedimentos de controle externo da atividade | |



CORREGEDORIA NACIONAL

| | |
|--|--|
| policial, nos termos da Res. nº 20/CNMP e subsequentes alterações (Resolução 120/2015): | |
| e) Se houve a cessação de designação de membro do Ministério Público para atuar no Tribunal de Contas, nos termos da Res. nº 22/CNMP: | |
| f) Existência de ato normativo que fez a adequação da tramitação do inquérito civil e do procedimento preparatório, nos termos da Res. nº 23/CNMP e subsequentes alterações (inclusive Res. 126/2015): | |
| g) Existência de ato normativo que atendeu o disposto na Res. nº 37/CNMP, que proibiu a existência de nepotismo no âmbito do Ministério Público: | |
| h) Existência de ato normativo que regulamenta o desenvolvimento e disponibilidade do portal da transparência, nos termos da Res. nº 86/2012 CNMP: | |
| i) Existência de ato normativo que fez a adequação do programa de estágio no âmbito do Ministério Público, nos termos da Res. nº 42/CNMP (Res. 62/2010): | |
| Existe relatório anual da Procuradoria Geral de Justiça? | |
| Observações: | |
| EM RELAÇÃO AOS FEITOS DISTRIBUÍDOS AOS PROCURADORES DE JUSTIÇA | |
| Número de processos distribuídos nos últimos 6 meses: | |
| Número de processos devolvidos à origem nos últimos 6 meses: | |
| Número de processos distribuídos no mês atual: | |
| Número de processos devolvidos à origem no mês atual: | |
| Saldo do mês atual: | |
| Processos pendentes de distribuição: | |
| Critérios de distribuição dos feitos: | |
| Publicação da estatística de distribuição: | |
| Observações: | |
| EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E ATUAÇÕES DE DESTAQUE | |
| | |
| EM RELAÇÃO AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ASSESSOR | |



CORREGEDORIA NACIONAL

| | | | |
|--|-------------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Nome: | | | |
| Assumiu o órgão em: | | | |
| Titular do seguinte órgão/entrância: | | | |
| Reside na localidade de lotação? | | | |
| Caso negativo, especificar o local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral: | | | |
| Participa de curso de aperfeiçoamento? | | | |
| Caso positivo, especificar: | | | |
| Está lecionando? | | | |
| Caso positivo, especificar a entidade, se é pública ou privada, a carga horária, o período e se exerce algum cargo administrativo: | | | |
| Exerce a advocacia (Resolução nº 16/07 do CNMP)? | | | |
| Período em que cumpre expediente no órgão do Ministério Público: | | | |
| Respondeu ou está respondendo procedimento administrativo disciplinar? | | | |
| Caso positivo, se sofreu sanção disciplinar e qual: | | | |
| Observações: | | | |
| PROCESSOS E PROCEDIMENTOS EXAMINADOS | | | |
| ESPÉCIE | NÚMERO DO PROCEDIMENTO | DATA DA INSTAURAÇÃO | SITUAÇÃO DETECTADA |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| OBSERVAÇÕES | | | |
| | | | |



CORREGEDORIA NACIONAL

| |
|--|
| |
|--|

Nada mais havendo, foi encerrada a presente visita de correição.

Cidade/Estado, dia/mês/ano.

| Assinatura Nome | Assinatura Nome |
|---|---|
| Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público | Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público |

Instruções para preenchimento do termo de correição:

1- Não é necessário o preenchimento da parte da Tabela referente à “Processos e Procedimentos Examinados”, na medida em que será preenchida no momento da correição pela equipe.

2- Na tabela referente a “Relação aos Feitos Distribuídos aos Procuradores de Justiça” não deve ser preenchido antecipadamente pela unidade, mas os dados devem ser levantados e entregues à equipe da Corregedoria Nacional por ocasião da inspeção/correição, refletindo a situação atual na unidade no dia que a inspeção/correição for realizada.

3- As informações que não se coadunarem às suas atribuições, preencher o espaço com o termo “prejudicado”.

4 - As respostas a todos os questionamentos constantes do termo devem ser inseridas em fonte Calibri, tamanho 9, sem negrito, sem caixa alta preferencialmente editado em Microsoft Word, devendo ser salva no formato XML do Microsoft Word 2007/2010/2013, quando editado em LibreOffice ou OpenOffice.